



PABLO GIOVANNI (INTERINO)
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

Ed Alves/CB/D.A.Press



PM oculta de Moraes relatório sobre 8/1

Um relatório, considerado essencial para averiguar a postura dos integrantes do alto comando da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, foi ocultado do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes pela corporação. É o que mostram documentos exclusivos obtidos pela coluna.

Ao atender a uma determinação de Moraes, em junho de 2023, que solicitava “documentos, procedimentos, ordens de serviços, despachos ou quaisquer outros originados” após os eventos de 8 de janeiro, a chefia da Seção de Pessoal do 6º Batalhão — responsável pela Esplanada dos Ministérios e comandado na ocasião pela tenente-coronel Kelly Cezário — afirmou que não houve a produção dos referidos documentos após a elaboração do Protocolo de Ações Integradas (PAI) dos atos de 8 de janeiro.

Entretanto, foi emitido um relatório de 11 páginas relacionado aos atos antidemocráticos, elaborado logo após o ocorrido pelo comandante em exercício do batalhão, major Flávio Silvestre de Alencar. O documento, obtido pela coluna e que permanece arquivado no SEI da corporação, foi entregue à CPI dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa (CLDF) em setembro, após a operação da Polícia Federal que prendeu a cúpula da corporação, quando a PMDF já estava sob o comando do então comandante-geral Adão Teixeira. No entanto, o material elaborado pelo major nunca chegou ao conhecimento de Moraes.

Providências

O relatório do major Alencar descreve que o material tem como objetivo “informar com o máximo de detalhes o planejamento, as medidas tomadas e os fatos que ocorreram na manifestação popular do dia 8 de janeiro de 2023”. A elaboração desse documento é obrigatória, segundo o regimento interno da corporação, e foi confeccionado porque Alencar exercia a função de comandante do batalhão, já que Kelly estava de férias.

Trechos do documento complicam a situação do coronel Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues. No material, o major menciona que recebeu o Plano de Ações Integradas (PAI) no dia 6 de janeiro, ao contrário do que foi dito por Casimiro em audiência ao juiz auxiliar de Moraes, quando o coronel afirmou que recebeu o documento apenas em 9 de janeiro, um dia após os atos. Uma quebra de sigilo telefônico do coronel, já nas mãos dos investigadores da Polícia Federal, entretanto, revela que de fato o encaminhamento do documento ocorreu por parte do coronel ao major às 14h20, em 6 de janeiro.

Moraes, em outubro último, chegou a dar um ultimato: solicitou ao comandante-geral da corporação, no prazo de 24h, o envio de todos os materiais posteriores ao 8/1. A corporação, entretanto, não peticionou o documento elaborado pelo major, encaminhando o mesmo documento de junho de 2023. A coluna procurou a PMDF, mas até o fechamento desta edição, não obteve resposta.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Ex-comandante no olho do furacão

O nome de Kelly também entrou no radar das investigações. Uma gravação, divulgada pela *Folha de S. Paulo* e obtida pela coluna (**aponte a câmera para o QR-Code**), mostra a tenente-coronel tentando alinhar a defesa do major Alencar com a do ex-comandante-geral Fábio Augusto Vieira. A divulgação do áudio surpreendeu os investigadores da Polícia Federal, conforme apurado pelo **Correio** com fontes ligadas ao inquérito que apura a atuação de policiais militares.

Os áudios mostram que Kelly buscava alinhar a defesa dos dois, que são réus no processo que tramita no STF. A tenente-coronel procurou a esposa do major com a proposta, chegando, inclusive, a “conseguir todos os telefones dos advogados” para não causar ruído e seguir uma versão só. A informação de uma possível interferência para omitir informações já era de conhecimento dos investigadores por meio de mensagens apreendidas no aparelho de Alencar, mas nunca chegou a ser comprovado.

A suspeita de possível interferência para omitir informações já era considerada pelos investigadores, com base em mensagens apreendidas no celular de Alencar, mas não havia sido confirmada até então. O material divulgado deverá ser usado nas alegações finais de parte das defesas no processo. A coluna não conseguiu localizar a tenente-coronel.



Ouçã a gravação de Kelly Cezário

MP quer inquérito para apurar o caso

Após a divulgação do caso, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) solicitou a abertura de um Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar a conduta de Kelly. No pedido, o promotor Flávio Milhomem, da 3ª Promotoria de Justiça Militar, determinou que o corregedor da corporação explique o suposto alinhamento proposto pela tenente-coronel. A PMDF terá um prazo de cinco dias para responder ao requerimento.

Operação Contêiner

A investigação que apurou crimes relacionados a procedimentos licitatórios entre 2009 e 2014, envolvendo a compra de materiais para a construção e montagem de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e outras unidades básicas de saúde no DF, está em fase final processual.

O esquema, segundo a denúncia do MPDFT, era liderado pelo ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e teria se estendido ao Distrito Federal e outros estados por meio da venda de atas de registro de preços da Secretaria de Saúde fluminense. No DF, essas atas foram adotadas com sobrepreço pela Secretaria de Saúde.

A fase atual do processo incluiu a oitiva de testemunhas e o interrogatório dos réus, realizado no início do mês pelo juiz federal Ricardo Augusto Soares e pelo procurador da República Wellington Divino. Entre os acusados, estão os ex-secretários de Saúde Elias Míziara e Rafael de Aguiar Barbosa, ouvidos na semana retrasada no interrogatório. O caso, que corre sob sigilo, tem previsão de encerramento no primeiro semestre de 2025.

Médico indiciado

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) indiciou o médico Izailson Chaves Rocha de França, 46 anos, flagrado embriagado no Hospital Regional de Samambaia (HRSam). O profissional foi detido após colidir com um carro estacionado na unidade e fugir do local, no início do mês. O relatório elaborado pelo delegado Marcelo Cerqueira e Silva apontou indícios suficientes para justificar o indiciamento.

O documento foi encaminhado ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que descartou a possibilidade de um Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). A recusa foi fundamentada no fato de que o médico já havia firmado um acordo semelhante em 2022, quando também foi preso pelo mesmo motivo. A defesa do médico apontou que o caso mostrado pela imprensa distorce a realidade dos fatos.



Reprodução/Redes sociais

Acompanhe a cobertura da política local com @pgiovannic

cb.dooh
MÍDIA DIGITAL

SUA MARCA EM DESTAQUE,
ALCANÇANDO RESULTADOS REAIS!

+30 MILHÕES
DE IMPACTOS MENSAIS

ACADEMIAS | POLOS GASTRONÔMICOS
PAINÉIS DE LED | CENTROS EMPRESARIAIS
SUPERMERCADOS | SHOPPINGS
CENTROS EDUCACIONAIS

cb.dooh

(61) 3214-1339

#IMPACTO
EM **BRASÍLIA**